ATOS SECRETOS (5min. de 60ppm.)

O voto secreto no Congresso está na raiz da crise ética e política que domina o Senado, e ele reaparece agora na discussão sobre a forma da votação do parecer de Saturnino Braga pela Comissão de Ética.

Quando estourou o escândalo, ganhou curso e adesão a tese de que parlamentares jamais deveriam votar em segredo. Fazê-lo abertamente seria parte de sua permanente prestação de contas ao eleitorado. Em tese, parece fazer absoluto sentido. Há também a vantagem, que não se menciona em voz alta, de que acabar com o voto secreto eliminaria uma possibilidade de mau comportamento de Senadores e funcionários. É argumento desprezível, quanto mais não seja pela quantidade incontável de maneiras de violentar o decoro.

Esse poderá ser tema de discussão entre especialistas, quando não houver mais riscos de que o debate tenha reflexos na decisão sobre o destino político dos senadores Antônio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda. No momento, seria impróprio. Argumentos válidos contra o sigilo poderiam dar peso à tese de que violá-lo seria delito de menor gravidade.

De qualquer forma, não custa lembrar que o voto secreto em decisões do legislativo não é invenção brasileira. Existe nos Estados Unidos, nosso modelo de sistema de governo para o exame de vetos presidenciais e nomeações para cargos importantes, como os de diretor da CIA e do FBI.

Em sistemas parlamentaristas da Europa continental, o voto é secreto, no caso de moções de desconfiança. A justificativa é sempre a mesma. Trata-se de forma de proteger o legislador contra o rolo compressor do governo.

 Em tese, parlamentares seriam imunes a qualquer pressão. Na prática, a imunidade absoluta, total, é conceito abstrato. Se esse debate fica para mais tarde, a votação da comissão de ética do Senado é questão ainda em aberto e urgente. Embora o Presidente...